

FERNANDO GASPAR NEISSER

## DOLO E CULPA NA CORRUPÇÃO POLÍTICA

IMPROBIDADE E IMPUTAÇÃO SUBJETIVA

*Prefácio*

Alamiro Velludo Salvador Netto

*Apresentação*

Enrique Ricardo Lewandowski



Recomenda-se a obra de Fernando Gaspar Neisser, que desponta nas letras jurídicas de nosso país com contribuições que nos ofertam instrumental para o enfrentamento de temas de vanguarda. Nesse livro, analisa as dificuldades da conceituação polissêmica da corrupção, tecendo interseções entre os universos penal, civil e administrativo. Propõe como solução ao difícil problema do dolo e da culpa na improbidade administrativa um modelo intermediário de imputação subjetiva, entre o Direito Penal e o Direito Civil. Excelente leitura para o amparo dos profissionais do Direito, diante de uma conjuntura de constante deturpação da finalidade da legislação, o que promove injustiças gravosas a serem revertidas.

**Vânia Aieta**

Professora de Direito Constitucional da UERJ

### Área específica da obra

Direito Público

### Áreas afins do livro

Direito Penal, Direito Administrativo,  
Direito Eleitoral

### Público-alvo/consumidores da obra

Advogados que atuam com Direito Público, magistrados e servidores do Poder Judiciário, membros do Ministério Público que atuam na defesa do patrimônio público, professores de áreas afins.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm

**CÓDIGO:** 10001587

N416d Neisser, Fernando Gaspar

Dolo e culpa na corrupção política: improbidade e imputação subjetiva / Fernando Gaspar Neisser. – Belo Horizonte : Fórum, 2019.

331p.; 14,5cm x 21,5cm

ISBN: 978-85-450-0657-2

1. Direito Público. 2. Direito Penal. 3. Direito Administrativo. 4. Direito Eleitoral. I. Título.

CDD 341

CDU 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

NEISSER, Fernando Gaspar. *Dolo e culpa na corrupção política: improbidade e imputação subjetiva*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 331p. ISBN 978-85-450-0657-2.

## **Fernando Gaspar Neisser**

Mestre e Doutor em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Pesquisador visitante na Universidade Pompeu Fabra, de Barcelona. Membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Professor convidado em cursos de pós-graduação e extensão nas áreas de Direito Político e Eleitoral, além de conferencista em congressos nacionais e internacionais.

# SUMÁRIO

## PREFÁCIO

<b>Alamiro Velludo Salvador Netto</b> .....	17
---------------------------------------------	----

## APRESENTAÇÃO

<b>Enrique Ricardo Lewandowski</b> .....	21
------------------------------------------	----

INTRODUÇÃO.....	25
-----------------	----

## CAPÍTULO 1

### IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA RESPOSTA NÃO PENAL AO PROBLEMA DA CORRUPÇÃO.....

1.1	A dificuldade em conceituar a corrupção.....	33
1.2	A corrupção como conceito pré-iluminista e a dificuldade de sua análise sob o Estado de Direito.....	38
1.3	A evolução do debate doutrinário sobre a corrupção.....	44
1.4	Corrupção e o princípio constitucional da moralidade.....	56
1.4.1	Os riscos do pamprincipiologismo e a segurança jurídica.....	62
1.5	A improbidade administrativa na Constituição e a aprovação da Lei nº 8.429/92.....	65
1.5.1	A fundamentação constitucional da improbidade e o problema da violação ao princípio do <i>ne bis in idem</i> .....	70
1.6	O elemento subjetivo na improbidade administrativa.....	75
1.6.1	O entendimento do Superior Tribunal de Justiça quanto ao elemento subjetivo na improbidade administrativa e sua fundamentação teórica.....	80

## CAPÍTULO 2

### INJUSTO, RESPONSABILIDADE E IMPUTAÇÃO SUBJETIVA.....

2.1	Causalidade e responsabilidade.....	90
2.2	Responsabilidade e imputação.....	97
2.3	A distinção entre injusto penal e civil a partir do debate alemão no século XIX.....	101
2.4	Injusto, Direito Penal Administrativo e Direito Administrativo Sancionador.....	109
2.5	A imputação subjetiva no Direito Penal e o princípio da culpabilidade.....	121
2.5.1	A evolução histórica do conceito de dolo: do Direito Romano ao finalismo.....	125
2.5.2	A evolução histórica do conceito de dolo: o funcionalismo teleológico de Claus Roxin e o funcionalismo sistêmico de Günther Jakobs.....	135
2.5.3	A evolução histórica do conceito de dolo: as recentes contribuições ao tema e as propostas delas derivadas.....	141
2.6	A imputação subjetiva no Direito Civil.....	152

## CAPÍTULO 3

### A IMPUTAÇÃO SUBJETIVA NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UM MODELO INTERMEDIÁRIO ENTRE O DIREITO PENAL E O DIREITO CIVIL.....

3.1	As sanções civis punitivas e o modelo intermediário no sistema anglo-saxão.....	165
3.2	A possibilidade de encaixe de um modelo intermediário na tradição jurídica da Europa continental.....	173
3.2.1	Aportes da jurisprudência e modelos intermediários.....	175
3.2.2	Aportes da doutrina e modelos intermediários.....	179
3.3	A estipulação de critérios de ancoragem: em qual ponto da régua deve estar a imputação subjetiva na improbidade administrativa?.....	189
3.3.1	Ancoragem em razão do juízo competente e do tipo de procedimento: a definição do legislador.....	190
3.3.2	Ancoragem em razão da natureza do injusto.....	197
3.3.3	Ancoragem em razão do tipo de pena prevista e da finalidade buscada com a sanção.....	204
3.3.4	Ancoragem em razão do estigma ocasionado pela aplicação da sanção.....	221
3.4	A ancoragem penal como instrumento de garantia: manifestação do <i>ius puniendi</i> do Estado.....	230

## CAPÍTULO 4

### A CONSTRUÇÃO DO MODELO DE IMPUTAÇÃO SUBJETIVA

#### NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ..... 233

4.1	A âncora da imputação subjetiva penal e seus elementos irreduzíveis x a necessidade de flexibilização rumo ao Direito Civil.....	233
4.2	O dolo na improbidade administrativa .....	236
4.2.1	O dever de conhecimento do agente público na improbidade administrativa: conhecimento especial e posição de garante .....	244
4.2.2	Atribuição de conhecimento, delegação do conhecimento e cegueira deliberada .....	256
4.2.3	O problema da má-fé na improbidade administrativa .....	270
4.3	A culpa na improbidade administrativa.....	274

#### CONCLUSÕES ..... 285

#### REFERÊNCIAS..... 301